

“Lá eu sou respeitada”: Reconhecimento e Direito à Cidade em um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida

Taísa Sanches¹

Resumo

Neste artigo busca-se relacionar a teoria do reconhecimento - colocando em diálogo Axel Honneth, Charles Taylor e Nancy Fraser - à discussão gerada ao redor da noção de direito à cidade, desenvolvida por Lefebvre e Harvey. Na primeira parte do artigo, exploro possibilidades de como a teoria do reconhecimento pode dialogar com a análise urbana. Em seguida, apresento parte de uma pesquisa realizada em um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro, onde o tema do reconhecimento foi trazido pelos moradores que ali vivem (em sua maioria) após terem sido removidos de distintas favelas da cidade.

Palavras-chave

Reconhecimento; Direito à cidade; Programa Minha Casa Minha Vida.

“I used to be respected there”: Recognition and Right to the City in a neighbourhood of Minha Casa Minha Vida Program

Abstract

This article seeks to relate the theory of recognition - putting in dialogue Axel Honneth, Charles Taylor and Nancy Fraser – with the discussion generated around the notion of right to the city, developed by Lefebvre and Harvey. In the first part of the article, I will be exploring some possibilities on how the theory of recognition can articulate with urban analysis. Then I will present part of a survey conducted in a neighbourhood of the My Home My Life Program (Programa Minha Casa Minha Vida) in Rio de Janeiro, where the theme of recognition was brought by the residents who live there after being removed from different favelas in the city.

Keywords

Recognition; Right to the city; My Home My Life Program.

As dimensões do reconhecimento no meio urbano

Qual a diferença entre morar em um lugar e se reconhecer nele? Como isso afeta as relações sociais dos indivíduos? Como afeta seu acesso a direitos? As perguntas, que parecem bastante simples, marcam a vida de indivíduos que convivem diariamente com questões que envolvem reconhecimento no meio urbano e podem ser colocadas em diálogo o conceito de direito à cidade, desenvolvido especialmente por Lefebvre (1991) e Harvey (2012).

A teoria do reconhecimento proporciona um amplo espectro de interpretação das formas como os indivíduos manifestam as injustiças pelas quais passam ao longo de suas vidas, e como essas formas podem se transformar em movimentos sociais organizados ou em pautas de políticas públicas, dependendo das condições dadas. Dito de outra forma, são analisadas diversas dimensões que envolvem a constituição do indivíduo enquanto ator social, apontando para a necessidade de reconhecimento de um variado leque de formas de estar no mundo como passo fundamental para esta transição. Trazer as dimensões do reconhecimento para o meio urbano seria uma tentativa de mostrar que o reconhecimento de um espaço e um local de exercício destas dimensões possibilitam ao indivíduo manifestar-se socialmente de forma autônoma.

Por outra via, a noção de direito à cidade, desenvolvida por Lefebvre (1991), oferece uma visão ampla da vida na cidade, que a concebe para além de seu espaço físico e aponta para a prática social da sociedade que nela habita. A vida no ambiente urbano tem seu valor no uso, segundo o autor, ou seja, na circulação pelo espaço, na troca, na participação, no encontro, nas vontades dos moradores expressas no espaço. Habitar uma cidade é, então, utiliza-la, circular por ela. Para Lefebvre (Idem), isso é negado aos mais pobres, na medida em que eles estão distantes dos centros das cidades, “às margens do urbano”, e por isso não podem participar socialmente da vida cidadina.

Harvey (2012), procurando atualizar o debate acerca do direito à cidade, demonstra como o capitalismo industrial marcou negativamente a construção das cidades. Para o autor, se o processo de urbanização sempre esteve relacionado ao investimento da produção excedente, no capitalismo a relação entre os dois se estreita. O capitalismo atual exerce ampla influência no desenvolvimento das cidades, segundo Harvey, pois o investimento em urbanização torna-se uma força importante contra as crises econômicas, mais comuns no processo de globalização.

A expansão do capitalismo e a crescente urbanização causaram grandes transformações no estilo de vida, e até mesmo a vida urbana e a cidade passam a ser

encaradas como mercadorias, pois são envoltas em “uma aura de liberdade de escolha” (HARVEY, 2012, p.81). O mercado habitacional, neste contexto, é influenciado pelo estilo de vida individualista, e o valor simbólico da obtenção de uma propriedade privada é disseminado a grandes escalas,

os resultados são indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância (HARVEY, 2012, p.81).

O ambiente urbano se torna então o contrário do ideal de Lefebvre, onde a prática social estaria relacionada ao uso da cidade. No lugar de encontro, há separação, partes unidas apenas espacialmente, mas bastante separadas simbolicamente.

O individualismo visível na constituição das cidades capitalistas, apreendido por Harvey, é questão central para Charles Taylor (2014), que nos oferece uma visão menos pessimista quando mostra que a concepção do indivíduo, antes atrelada à honra, passa a ser relacionada à dimensão da dignidade propagada pelos direitos universais, ou à ideia de que todo ser humano, independentemente de sua posição social, é digno de respeito por ser concebido como um fim em si mesmo. Ao analisar a preocupação moderna acerca de definições identitárias e de luta por reconhecimento, o autor demonstra que ela só é possível pois questões antes relativas à honra dos indivíduos colapsaram, e houve uma intensificação na importância dada à identidade individualizada. Por trás da transformação que potencializa esses dois conceitos – identidade e reconhecimento – está a moderna noção de dignidade, segundo Taylor, “que nos permite falar da dignidade dos seres humanos ou de dignidade do cidadão” (TAYLOR, 2014, p.267).

No entanto, o autor nos mostra que estes ideais modernos de igualdade, representados pelo liberalismo, correm o risco de “homogeneizar a diferença”. Ele propõe, então, que a ênfase seja dada à noção de “igual valor”, que se diferencia do princípio de igualdade homogeneizadora. Daí a importância das políticas de reconhecimento das diferenças existentes em nossa sociedade. O autor reivindica que valores morais de justiça sejam incorporados ao liberalismo moderno. Propõe uma variante “mais branda” de liberalismo, que “pode ser liberta da acusação de homogeneizar a diferença” (TAYLOR, 2014, p.266) na medida em que “haverá variações quando se tratar da aplicação da pauta de direitos” (TAYLOR, 2014, p.267).

A política habitacional que promove empreendimentos como o Bairro Carioca², como veremos ao longo deste artigo, de certa forma homogeneiza as diferenças de seus moradores, classificando-os como pertencentes à parcela da população que não possui moradia adequada, mas em alguma medida se esquece de reconhecer as diferenças existentes entre eles, de maneira a manter suas relações de vizinhança, por exemplo, preservando os laços que tinham antes da mudança ao novo endereço.

O não reconhecimento das questões individuais destes moradores impactaria também sua maneira de se reconhecerem como portadores de direitos coletivos? Esta é uma questão que surge a partir desta discussão. Honneth³ (2003) mostra que os sujeitos, para compreenderem-se como portadores de direitos, devem antes de tudo serem reconhecidos como pertencentes a uma coletividade:

só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos que observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, que nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito (HONNETH, 2003, p.179)

O tipo de cidade descrito por Harvey (2012), que potencializa a individualização e a propriedade privada, negando a participação social, é uma das características do Bairro Carioca, e de vários empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, como veremos ao longo deste artigo. Os moradores se ressentem por não mais se reconhecerem em seu espaço de vida, e por isso perderem oportunidades de participação junto à comunidade.

Nancy Fraser (2001) realiza uma crítica à teoria do reconhecimento proposta por Honneth (2003). Para ela, este autor centraliza sua análise nas lutas dos movimentos sociais contemporâneos por reconhecimento, secundarizando a importância das lutas por redistribuição. A autora propõe que as reivindicações por justiça social se dividam analiticamente, entre políticas de reconhecimento e de redistribuição. Isso porque as políticas de reconhecimento estariam muito paudadas na questão identitária, o que reificaria as diferenças, causando separatismo.

A autora acredita que o reconhecimento também deve ser compreendido como uma questão de status social, ou seja, não deve ser encarado como mera depreciação da identidade, mas como subordinação social de grupos específicos, que são impedidos de participar como iguais na esfera pública. Deve haver um vínculo

entre políticas de redistribuição – que se pautam em uma distribuição econômica mais justa – e de reconhecimento, trazidas pelos autores antes analisados.

É fundamental tomar as críticas de Fraser (2001) ao analisarmos as questões de reconhecimento presentes no Bairro Carioca. Os moradores do bairro devem ser reconhecidos também por fazerem parte de um grupo social subordinado, uma vez que este empreendimento do PMCMV é destinado à população que possui renda mensal entre 0 e 3 salários mínimos, mas grande parte de seus moradores (89%, segundo Relatório do Observatório das Metrópoles, 2015) foi removido de moradias localizadas em áreas consideradas de risco⁴.

Unir à questão do status social de classe ao reconhecimento identitário nos leva, no caso aqui analisado, a pensar em como é fundamental incluir a dimensão espacial ao debate, trabalhando-o juntamente às questões morais de identidade. O local de residência se torna peça essencial na medida em que acreditamos que a realização da justiça social requisitada por Fraser (2001) é localizada territorialmente. O local de moradia passa a ser visto como espaço de realização do reconhecimento identitário dos moradores, onde se expressam participação social e sentimento de coletividade, traduzidos em uma concepção mais ampla de direito à cidade.

Importante destacar que na perspectiva do reconhecimento, a normatividade é central. A discussão trazida por Honneth (2003) se foca na necessidade de reconhecimento pautado nas leis e instituições existentes na sociedade, ainda que afirme que o reconhecimento intersubjetivo é fundamental. Para o autor, quando os indivíduos se envolvem em lutas por reconhecimento, devido a diversas lacunas subjetivas descritas, eles buscam a realização legal de seus direitos, ou a institucionalização do que acreditam ser seus direitos. Dito de outra forma, a teoria do reconhecimento está relacionada ao desrespeito ou ao não reconhecimento de uma ordem estabelecida.

Por outro lado, a perspectiva do direito à cidade, ainda que carregue o direito no nome, toma como foco a perspectiva daqueles envolvidos na construção da cidade de forma democrática. A vida cidadina e o uso do espaço público estariam pautados na participação dos sujeitos, que encontrariam lugar para expressar suas demandas. A entrega do espaço ao mercado iria na direção contrária disso, por trazer valores individualistas à utilização do espaço público.

A questão que une as duas perspectivas poderia ser resumida quando questionamos como o direito à cidade pode ser reconhecido, tanto legalmente quanto por seus moradores. Sabemos que os direitos legais condicionam a construção

do urbano. As leis são fundamentais para que se estabeleçam os limites e a forma como se dará o uso do espaço público. Mas também não podemos perder de vista a perspectiva dos moradores. No caso aqui analisado, veremos que o atendimento legal de uma demanda por moradia – a entrega de unidades habitacionais – não necessariamente significa o reconhecimento dos moradores como cidadãos, nem tampouco de suas demandas por espaço na cidade.

A experiência de pesquisa no Bairro carioca mostra como questões identitárias e de reconhecimento estão presentes no discurso dos moradores que foram submetidos a remoções de seus antigos locais de moradia, e passaram a viver em edifícios construídos em forma de condomínio. O estudo de campo, realizado a partir da observação do cotidiano escolar, mostra esse ambiente como fundamental na socialização dos moradores do bairro.

A vizinhança como local de reconhecimento

A realização do trabalho de campo no Bairro Carioca, um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida localizado em Triagem, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, se deu no intuito de “fazer aparecer” as sociabilidades existentes em um bairro novo, formado por ex-moradores de distintas favelas da cidade. A questão do reconhecimento, como veremos, perpassou o discurso de alguns moradores, sugerindo uma relação entre vida urbana e reconhecimento.

Os moradores do Bairro Carioca têm suas origens em cerca de 15 diferentes favelas, e se mudaram para o novo local sem manter as relações de vizinhança do passado. Tal fato resultou em uma dificuldade bastante grande em construir novas relações ou mesmo se relacionar com a vizinhança.

Ao decidir que faria a pesquisa neste local, a primeira dificuldade foi definir como “entraria” em campo, ou como poderia fazer para frequentar o bairro. Entrei em contato com alguns pesquisadores que já haviam realizado ou estavam realizando pesquisa no mesmo lugar, mas alguns me recomendaram buscar outro “objeto”, informando que a situação lá era complicada por conta da presença de facções ligadas ao tráfico de drogas.

Decidi, então, realizar a pesquisa por meio da escola, construída entre os edifícios para atender aos moradores do bairro. A ideia surgiu após ler algumas reportagens sobre o local. Em uma delas, informavam que havia uma “boca de fumo” instalada ao lado da escola, o que evidenciou que a mesma poderia representar um importante local de sociabilidade dos moradores.

Ao longo os quatro meses em que realizei o estudo em campo, costumava ir à escola duas vezes por semana, às terças e quintas-feiras, pois são os dias que os alunos têm aulas de educação física, inglês e artes plásticas, e os professores responsáveis pelas turmas têm tempo livre para preparar as aulas dos demais dias. Para não parecer “desocupada”, enquanto observava o cotidiano da escola, decidi montar o banco de dados com as informações dos alunos. Desta forma, permaneci trabalhando no computador enquanto os professores preparavam suas aulas e o cotidiano da escola acontecia ao redor. As conversas com os moradores se deram nas suas idas à escola em dias comuns, e nas reuniões de pais e responsáveis que acompanhei, durante dois sábados.

Durante estas conversas, uma das questões presentes dizia respeito ao medo que sentem em circular livremente pelo lugar onde moram. Diferentemente da maioria dos empreendimentos do PMCMV, os moradores do Bairro Carioca não se mudaram de uma só vez para os edifícios ali construídos. Os apartamentos foram entregues gradativamente, entre 2012 e 2015, sendo que os últimos moradores se mudaram em fevereiro de 2015.

Dentre as dificuldades relatadas a respeito da convivência, muitas delas referem-se à disputa pelo território do Bairro Carioca por distintas facções do tráfico. Se atualmente o local está sob o domínio da organização criminosa Comando Vermelho, que controla toda a região de Manguinhos, no passado recente já ocorreram algumas disputas que envolveram milícia e outras facções, originárias das distintas localidades de onde vieram os moradores do Bairro.

Os moradores não se sentem à vontade para tratar do assunto, compreensivamente. Aqueles que comentaram não mencionaram a facção em si, mas relataram os problemas que haviam enfrentado ao chegar ao Bairro Carioca. Uma das moradoras, por exemplo, me contou que não se sente segura em dizer o morro de onde vem, pois, a facção lá presente é uma das rivais do Comando Vermelho. Me disse ainda que um primo seu foi expulso do Bairro Carioca quando descobriram de onde vinha, e que teve de deixar o apartamento às pressas. Segundo esta moradora, o Comando Vermelho passou a controlar este território quando foram reassentados ali os moradores do morro do Borel e da Mangueira.

Outro ponto recorrente, presente nas falas dos moradores do Bairro Carioca, relacionado à insegurança que sentem onde moram, diz respeito à “ausência” de relações afetivas com os vizinhos. Muitos relatam a falta que sentem de suas antigas relações de vizinhança. Uma das moradoras do bairro com quem conversei em um sábado, após a reunião de pais na escola, me disse que vive ali há um ano,

mas gostaria de voltar ao morro São Carlos. Eu, continuando a conversa sobre violência que estávamos tendo até então, perguntei se era por conta disso, mas ela me respondeu que não, pois “violência tem em qualquer lugar. Não é nem pela família, é pela minha história, lá eu sou respeitada” (Carla⁵, moradora do Bairro Carioca desde 2014. Entrevista realizada em 19 de setembro de 2015).

Allain Caillé (2008) propõe um significado ao substantivo “respeito”, que o relaciona ao reconhecimento, importante para compreender a fala da moradora.

Àquele a quem dizemos “respeito” o que manifestamos definitivamente é gratidão por aquilo que ele fez e que ele é. Chegamos, então, a um terceiro significado essencial da palavra reconhecimento, pouco mencionado no debate mundial sobre essa questão (...) Dar o reconhecimento não é apenas identificar ou valorizar, é também e talvez inicialmente provar e testemunhar nossa gratidão (CAILLÉ, 2008, p.158)

A moradora buscava, segundo esta interpretação, o respeito relativo ao reconhecimento. O autor demonstra também que o reconhecimento passa não só por ser conhecido por outros, mas especialmente por aqueles com quem compartilhamos valores e cultura comuns. É justamente por este ponto que a moradora gostaria de voltar ao local onde morava, por lá poder “agir para fazer sentido a si mesmo e aos outros” (CAILLÉ, 2008, p.152).

Outra moradora com quem dialoguei no mesmo dia, que vive no Bairro Carioca pois adquiriu o apartamento via sorteio do PMCMV (e não por antes viver em área de risco, como a maioria), também colocou sua insatisfação com a vida ali: “Tô doida pra sair daqui” (Bianca⁶, moradora do Bairro Carioca desde 2014. Entrevista realizada em 19 de setembro de 2015), me disse. Isso porque ela não conhece “a cabeça das pessoas”, e não consegue se relacionar com todos, como fazia no Borel, seu antigo local de residência. A junção de várias pessoas de lugares tão diferentes não criaria uma identidade comum ao Bairro Carioca, tornando difícil a tarefa de reconhecer-se nele.

O medo e a falta de identificação entre os moradores do Bairro são sintomas do vazio de cidade formado neste local. Se entendemos que a vida na cidade pressupõe uma “convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através da linguagem e do comportamento” (CERTEAU, 2013, p.47), poderíamos supor que a insegurança da moradora se dá, pois o bairro não conjuga a mesma linguagem que a cidade. Assim como ocorria na favela onde morava, a

gramática do bairro é desgrudada da cidade. Enquanto na favela sua segurança era oferecida pois conhecia a todos, no bairro ela aguarda a formação de um novo ordenamento. Em ambos os casos, a cidade não lhe é comum, e ela depende de relações sociais de intimidade para sentir-se reconhecida como parte da comunidade.

As questões trazidas anteriormente - o medo e a falta de relações afetuosas entre os vizinhos - podem ser incluídos naquilo que Honneth (2003) caracteriza como a dimensão solidária do reconhecimento. Como visto, o autor aponta para a importância do pertencimento a uma coletividade, e do conhecimento das obrigações e direitos frente aos demais indivíduos que a compõem, como peça fundamental para a criação de laços de solidariedade necessários para demandar direitos na esfera pública.

A importância do pertencimento à coletividade da cidade e as formas de estar no mundo que disso resultam também dialogam com a ideia de direito à cidade desenvolvida por Lefebvre (1991). Segundo o autor, a cidade é uma prática, obra de quem mora nela, de quem participa da forma de vida urbana. Para aqueles que não tem a possibilidade de praticar a cidade, o urbano (e seus significados) torna-se uma obsessão:

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade (LEFEBVRE, 1991, p.99)

O vazio de urbano é sentido também pelo não reconhecimento jurídico do bairro como parte da cidade. Nenhuma das ruas do Bairro Carioca possui nome ou é reconhecida pela prefeitura em parte de seu arruamento oficial. Todas as cartas são destinadas ao endereço de entrada do “condomínio”, e os moradores retiram suas correspondências em um dos edifícios internos ao bairro. A decisão de quem ficará responsável pela correspondência parte dos síndicos, descritos como “laranjas do tráfico” e “milícia branca” a mim, por moradores e professores.

Não reconhecer as ruas do Bairro Carioca como parte oficial da cidade do Rio de Janeiro é impossibilitar que ele se torne juridicamente e simbolicamente parte da cidade, formando ali um espaço que sempre estará “às portas do urbano” (LEFEBVRE, 1991, p.99), ou seja, onde os moradores estarão sempre impossibilitados de praticar a cidade de forma completa. O não reconhecimento

to das ruas onde residem traz aos moradores do bairro a impossibilidade de acessarem seus direitos como cidadãos.

Comprovações de residência são essenciais para o acesso a diversos serviços na cidade – até mesmo para a emissão de uma carteira de trabalho. Negar à parte dos moradores da cidade a possibilidade de declarar um endereço é não reconhecer, juridicamente, seus direitos. A cidadania depende de um Código de Endereçamento Postal (CEP), pois os direitos atrelados a ele são fundamentais para uma participação social igualitária.

Honneth (2003), ao tratar da importância da dimensão jurídica do reconhecimento, demonstra que

é o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica (HONNETH, 2003, p. 197)

Ou seja, não oferecer aos indivíduos o acesso aos direitos que possuem os impossibilita de reclamar por eles, os mantém às “portas do urbano”. A construção do espaço físico do Bairro Carioca oferece alguns equipamentos e serviços urbanísticos, mas não possibilita a inserção e uso da cidade pelos seus moradores, ou uma “urbanidade democrática”, como define Joseph (2005). Não permite a apropriação de uma linguagem comum da cidade.

A escola inserida no interior do Bairro Carioca, que pode ser compreendida como local privilegiado de construção desta linguagem comum entre os moradores, me ofereceu contato diário na comunidade e me permitiu observar questões de reconhecimento e identificação através do olhar das crianças, professores e familiares.

Logo nas primeiras ocasiões em que fui à escola, uma mulher que trabalha em um projeto da Secretaria de Cultura também passou a ir, justamente às terças-feiras, coincidindo comigo em um dos dias. O projeto para o qual ela foi contratada oferece aulas de cordel para as crianças a partir do terceiro ano, no contra turno escolar. Assim como eu, ela estranhou o cotidiano do Bairro Carioca, sempre o comparando a outros locais e escolas em que trabalhava, como Jacarepaguá e Pavuna. Por esse motivo, resolveu tratar o assunto durante suas aulas.

Tive a oportunidade de acompanhar algumas aulas do projeto. Das poucas crianças que se interessaram em fazer as aulas⁷, a maioria demonstrou que a mu-

dança para o Bairro Carioca significou uma ruptura em suas vidas, mas acreditavam que a escola ajudaria na criação de novos laços. Os diferentes grupos, da manhã e tarde, eram formados por amigos, e isso ajudou no desenrolar do curso, ao mesmo tempo em que reduziu a participação de outras crianças, que foram às primeiras aulas e desistiram depois.

Os versos criados em conjunto pelas duas turmas são bastante significativos para esta pesquisa:

Venha logo minha gente/ Minha história vou contar / Moro aqui há pouco tempo/ Esse não é meu lugar/ Tá difícil acostumar.

Quando cheguei tinha sonhos/ Agora tudo mudou/ Deixei pra trás amizades/ Só saudades me restou/ Tá difícil esquecer/ O bom tempo que passou.

Quando mudamos para cá/ A minha vida mudou/ Lá deixei os meus amigos/ Só tristezas me restou/ Quando trocamos de casa/ Até minha mãe chorou.

A escola ajudou/ Na minha adaptação/ Aqui conheci pessoas/ De muito bom coração/ Fiz amigos aprendi/ A ter boa educação/ Agora eu tenho amigos/ Sei que vou me acostumar/ Com o tempo tudo passa/ A saudade vai passar/ Posso um dia até gostar.

O cordel das crianças traz questões como identidade com o local em que viviam antes, mudança para o Bairro Carioca, e a relação com a escola.

A relação de identidade com o local em que viviam antes, também presente nas conversas com os moradores, como visto, é também recorrente na escola. Alguns dos alunos se referem a seu local de moradia anterior como forma de expressar poder dentro da escola, principalmente quando são filhos de pais que tinham ou têm algum tipo de reconhecimento na comunidade, definido pelo lugar de moradia anterior. Por exemplo, uma das professoras relatou que em sua turma, um dos alunos conseguiu reconhecimento dos demais quando disse que era filho de um traficante do Morro do Alemão.

Conversando com uma ex-professora da escola, que deu aulas ali logo no início de seu funcionamento, mas abandonou o cargo depois de ser abordada pelo tráfico ao chegar no Bairro Carioca, ela me disse que acredita que “os moradores tinham sua identidade onde moravam. Se perderam aqui, não sabem respeitar, roubam cabos, não tem sentimento de coletividade”. Outra professora, que está na escola desde 2012, partilha de opinião similar:

“as pessoas são de fora e ainda não criaram identidades nas comunidades. A identidade estava relacionada ao poder paralelo, aqui nem eles se instauraram direito, as pessoas sentem falta de referência” (professora Ana⁸, em entrevista realizada em 3 de setembro de 2015).

As referências ou a identidade a que tanto se referem moradores e professores demonstram como estes conceitos podem estar relacionados à ideia de comunidade, tão usada para classificar as favelas da cidade. O uso deste termo, segundo Birman (2008) apresenta conotações positivas e negativas. Se, por um lado, identificar-se como parte de uma comunidade pode ser associado a tradições que remetem à cultura da população favelada, como o samba, e apontam para uma vida harmoniosa, por outro, os moradores não se sentem confortáveis em dizer que moram em comunidades, pois essa informação levaria os interlocutores a identificá-los como favelados.

A imagem da favela como comunidade também “cria espaços de negociação, pontes entre grupos de dentro e de fora e estrutura também uma certa presença do Estado, que busca realizar seus projetos de intervenção” (BIRMAN, 2008, p.109). Ou seja, o Estado age nestes locais de maneira distinta ao padrão da cidade, pois as características das comunidades as diferenciariam da cidade reconhecida como “formal”.

Os moradores do Bairro Carioca, ao fazerem referência ao caráter identitário de comunidade, parecem apontar para este ideal de vida harmoniosa. A insatisfação com a vida no novo local de moradia faz com que se refiram ao passado de maneira saudosista, pois a vida no Bairro Carioca não lhes oferece uma identidade cidadina, ou seja, não lhes oferece uma “gramática comum” (HONNETH, 2003).

Os professores, por outro lado, utilizam o conceito de identidade referindo-se às regras que estariam implícitas na vida em comunidade. Quando uma professora diz que os alunos não obedecem por não terem identidade com o local, ou quando outra diz que a identidade na favela está relacionada ao tráfico, se referem aos acordos tácitos de conduta que os moradores possivelmente criam nas favelas, onde os códigos estatais apresentam-se de maneira distinta do restante da cidade.

A falta de referências no Bairro Carioca é objeto de debate na escola. Para alguns professores, a escola deveria se fortalecer como parte da comunidade, trazer os moradores para participar de mais atividades; para outros, a comunidade deveria exercer papel mais ativo neste sentido. O que a escola do Bairro Carioca tem feito, no entanto, é lutar contra a realidade que a cerca. Isso ficou claro em algumas ocasiões que vivenciei na escola.

No dia 20 de setembro de 2015 houve um arrastão na praia de Ipanema, gerando uma resposta violenta de jovens de classe média-alta também frequentadores da praia, que cercaram os ônibus que voltavam à zona norte, na tentativa de revidar a violência vivenciada na praia. A generalização feita pelos “vingadores”, ao revidar o crime em linhas de ônibus que levam à periferia da cidade, gerou ampla cobertura da mídia e discussões nas redes sociais, onde este grupo planejava novos ataques nos outros fins de semana, o que acabou não acontecendo.

O que interessa aqui, no entanto, é a repercussão que este evento teve na escola. Ao chegar lá no dia 22 de setembro, me deparei com os professores dizendo que alguns alunos da escola haviam participado do arrastão, chegando a falar durante as aulas o que tinham roubado na praia. Eu mesma vi um dos alunos chegando à escola e dizendo que tinha trazido “muito ouro pra pesar”.

Os professores e diretores, em polvorosa, queriam mostrar aos alunos que aquilo estava errado. Uma das professoras apresentou, em aula, um vídeo da Globo mostrando as imagens do arrastão e me disse que tentou ensiná-los o que é certo. Na hora do almoço, ligaram a televisão da sala dos professores para assistirmos às notícias referentes ao ocorrido e todos os professores concordavam que os adolescentes que cometeram os roubos deveriam sofrer retaliações como as propostas pelo prefeito, governador e secretário de segurança: serem revistados nos ônibus quando considerados suspeitos (sendo que estar sem dinheiro para passar o dia na praia pode ser incluído neste item) e levados à delegacia.

Eduardo Paes chegou a dizer que não iria “tratar marginais e delinquentes como problema social. Precisamos de forças de segurança impondo a ordem”, e os professores apoiaram tal declaração, demonstrando que acreditam que o problema é mais de segurança do que social.

Um dos professores se lembrou de outra situação, anterior ao arrastão, em que moradores do Bairro estiveram presentes. Se referia à apreensão de menores que estavam em um ônibus da linha 474, por não pagarem passagem. Alguns professores disseram se lembrar de ex-alunos que estavam presentes no ocorrido e defendiam a punição deles. À época do ocorrido, uma defensora pública se manifestou, afirmando que o caso caracterizava uma violação aos direitos da criança e do adolescente, uma vez que as crianças foram apreendidas sem flagrante e levadas para atendimento, tendo ficado horas sem comer. No dia em que falávamos sobre os arrastões, os professores demonstraram indignação frente a este outro fato e à declaração da defensora. Uma professora chegou a dizer que não tinha pena, e que deviam tê-los “deixado passando fome mesmo” (professora Lúcia, em 22 de setembro de 2015).

A este fato, soma-se outro que demonstra o julgamento constante realizado pelos professores. Certo dia, eu estava acompanhando a conversa na sala dos professores, que falavam dos bons alunos da escola. Uma das professoras, ao falar sobre uma aluna específica, me disse, “eu já falei pra mãe dela tirar ela daqui. Porque aqui ela não vai pra frente, já que tem que acompanhar os outros. Tem que ir pra uma particular” (professora Adriana. Entrevista realizada em 1 de setembro de 2015).

Os três episódios – do arrastão, do ônibus e da boa aluna – demonstram o tipo de visão estereotipada que os professores carregam acerca de seus alunos, e que influencia sua forma de trabalhar e ajudar na socialização destas crianças. Flores (2008) mostra que “crianças pobres em áreas segregadas podem ser consideradas inaptas para a educação universitária, e serão, portanto, socializadas como tal” (Idem, p. 152), perdendo oportunidades que as levariam a outros rumos, caso não fossem tratadas como pessoas sem “igual valor” (TAYLOR, 2014).

A educação passa a ser vista – por professores, alunos e familiares – como um longo processo pelo qual os alunos devem passar para, ao final, receberem um diploma que não tem valor simbólico igual ao dos alunos das classes mais altas. Nesta concepção, a escola exclui de maneira continuada, uma vez que marginaliza os alunos “por dentro”. A oferta de educação é hierarquizada também territorialmente, demonstrando “uma associação entre a concentração espacial de certas populações e as oportunidades desiguais de acesso a oferta escolar” (VAN ZANTEN, 2001, p. 8).

Conclusões preliminares e caminhos possíveis

Ao longo deste artigo, foi possível apreender como os moradores do Bairro Carioca se ressentem por não se reconhecerem entre seus vizinhos e em seu novo local de moradia. Para compreender esta demanda dos moradores, busquei analisar como o acesso a uma unidade habitacional, ainda que tenha sido um direito conquistado, não ofereceu aos moradores a possibilidade de usufruir do espaço público da cidade e tampouco a construção de uma gramática comum, de reconhecimento mútuo. Para isso, unir a teoria do reconhecimento a do direito à cidade foi fundamental.

Utilizar a teoria do reconhecimento juntamente com a noção de direito à cidade oferece a possibilidade de incluir a dimensão espacial dentre as demandas subjetivas descritas por Honneth (2003). Fraser (2001), ao diferenciar as dimensões de reconhecimento e redistribuição, propõe um caminho a ser seguido, pois demonstra que separar as demandas é uma forma de melhor designar políticas públicas para

solucioná-las, mas também alerta ao fato que direcionar estas soluções ao reconhecimento ou à redistribuição significaria não atendê-las de maneira completa. Honneth (2003), por seu lado, evidencia ser fundamental o reconhecimento solidário entre grupos para que as demandas sejam transformadas em movimentos sociais.

Lefebvre (1991), ao desenvolver a ideia de direito à cidade, considera como chave para sua prática o acesso à vida urbana, ou seja, “aos locais de encontro e de trocas”, o que exige o domínio do econômico, e é parte, portanto, de uma luta de classes levada a cabo pelo operariado. Desta perspectiva, tanto Honneth (2003) quanto Lefebvre (1991) apontam para a necessidade de que demandas por direitos sejam manifestadas publicamente pelos grupos que sofrem de sua lacuna. Unir as perspectivas de reconhecimento e direito à cidade seria uma tentativa de demonstrar que o espaço urbano é fundamental tanto como local onde estes encontros se realizam, quanto para demonstrar que o acesso a ele é parte da agenda de direitos a serem universalizados.

A partir deste esboço inicial, percebe-se que um amplo debate acerca da importância do reconhecimento no meio urbano pode ser empreendido. As questões remontam à tradição sociológica de Durkheim, que procurava demonstrar a importância da capacidade de grupos sociais se organizarem por meio de normas estabelecidas e conhecidas por todos. Para esse grupo de moradores que analisei durante a pesquisa de campo, e tantos outros na cidade, é importante a construção de uma coletividade de reconhecimento que se oponha à homogeneidade a que são submetidos quando seus dilemas são tratados de maneira agrupada.

Tratar o local onde se vive cotidianamente, nossas casas, bairros e a cidade em si como espaços fundamentais de reconhecimento, ou seja, como local onde floresce a autonomia individual é, em última análise, buscar na cidade a formação de cidadãos. Afinal, reconhecer-se como cidadão seria usufruir da cidade, participar de sua construção cotidiana, ser um pouco dono da política que se faz no dia a dia.

Caminhos possíveis que se delineiam a partir desta pesquisa passam pela análise da associação ou dissociação entre moradores em diferentes contextos, tais como movimentos sociais de luta por moradia e ocupações de espaços públicos.

Referências

BIRMAN, Patrícia. *Favela é comunidade?*. In: Machado da Silva, Luis Antônio. (Org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. RJ, Nova Fronteira, 2008.

CAILLÉ, A.. *Reconhecimento e Sociologia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.23, nº 66, 2008.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar e cozinhar*. Editora Vozes, Petrópolis, 2013.

FLORES, C.. *Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile*. In: RIBEIRO, L. C. de Q. e KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

FRASER, N. . *Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista*. In: SOUZA, J. (Org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Ed. UNB, 2001.

HARVEY, D.. *O direito à cidade*. Revista Lutas Sociais, n.29, p.73-89, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso realizado em julho de 2015.

HONNETH, A.. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

JOSEPH, I.. *A respeito do bom uso da Escola de Chicago*. In: VALLADARES, L. (org.). *A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

LEFEBVRE, H.. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Núcleo Rio de Janeiro. *Relatório final - Avaliação do programa minha casa minha vida na região metropolitana do Rio de Janeiro: impactos urbanos e sociais*. Rio de Janeiro, 2015.. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook_file/relatorio_mcmv_rj_2015.pdf>. Acesso realizado em março de 2015.

TAYLOR, C.. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2014.

VAN ZANTEN, A. . *L'école de la périphérie: scolarité et ségrégation en banlieue*. Paris, Ed. PUF, 2001.

Notas

- 1 Doutoranda em Ciências Sociais (PUC-Rio) e bolsista Capes. E-mail: taisasanches@gmail.com
- 2 O Bairro Carioca é um dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo Governo Federal do Brasil com o intuito de oferecer moradia especialmente às classes mais vulneráveis da população. Cada empreendimento é destinado a diferentes faixas de renda. O Bairro Carioca é destinado a famílias com renda mensal que varia entre 0 e 3 salários mínimos, mas também oferece moradia para famílias removidas de áreas consideradas de risco.
- 3 Minha análise neste texto está baseada unicamente no livro *Luta por Reconhecimento* (2003).
- 4 Segundo Relatório de Acompanhamento do PMCMV (Observatório das Metrôpoles, 2015), no Bairro Carioca existem ex-moradores das seguintes favelas: Tabajaras, Manguinhos, Mandala, Rocinha, Vidigal, Morro do Andaraí, Providência, Turano, Formiga, Acari, Borel, Mandela, Indiana, Nova Divinícia, Favela do Metrô, Mangueira, Jacaré, Chupa Cabra, Alemão, Estácio, Querosene, Macaco, Sítio da Amizade/Cidade de Deus.
- 5 Nome fictício.
- 6 Nome fictício.
- 7 Onze, com idades entre 9 e 12 anos.
- 8 Nome fictício.
- 9 Entrevista dada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em 22 de setembro de 2015. Disponível em <http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2015-09/arrastoes-nao-sao-problema-social-mas-de-policia-dis-prefeito-do-rio>. Acesso realizado em março de 2017.

Artigo recebido em dezembro de 2016 e aceito para publicação em fevereiro de 2017.

